



Wilson Dias/ABR

Senadores querem melhorar gestão do lixo



Romero Jucá e Eunício Oliveira têm propostas para ajudar os municípios a alcançar as metas da Política Nacional de Resíduos Sólidos para 2014

Prefeituras têm encontrado dificuldades financeiras para cumprir a exigência de eliminação total dos lixões. Jucá propõe a criação de um PAC dos resíduos sólidos para incentivar o tratamento e a coleta seletiva do lixo, e Eunício, um fundo nacional para financiar a construção de aterros sanitários. Rollemberg também defende o apoio e o incentivo do governo federal às cidades, mas pede esforço de todos para cumprir os prazos. **4**

Lixão da Estrutural, em Brasília: segundo o IBGE, maior parte do lixo produzido nas cidades tem destinação inadequada

Congresso homenageia Ulysses, morto há 20 anos **2**



Ulysses, que morreu em 12 de outubro de 1992

Comissão de Orçamento vai trocar papel por sistema eletrônico

Emendas, relatórios, projetos e outros documentos serão informatizados na Comissão Mista de Orçamento. Objetivo é que a tecnologia esteja instalada ainda este ano para possibilitar rapidez, transparência e economia de papel. **3**

CPI da Violência contra a Mulher se reúne para votar requerimentos **4**



A ministra Maria do Rosário e o senador José Sarney: parceria para impressão de documentos em braile

Jane de Araújo/Agência Senado

Senado imprimirá documentos em braile sobre direitos humanos

Acordo para a 3ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência foi selado entre o presidente do Senado, José Sarney,

e a ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário. Evento será realizado no início de dezembro, em Brasília. **2**

Ferraço defende prioridade para debate sobre FPE **3**



Regra do Fundo de Participação dos Estados tem de ser revista até o fim do ano, lembra Ferraz

Ana Amélia critica juros cobrados por cartões de crédito **3**



Senadora quer audiência pública para discutir a questão com bancos e empresas de cartões

Paim propõe reajuste maior para aposentadorias **3**



Paim elaborou projeto que dá aos aposentados aumento semelhante ao dos salários da ativa

Collor quer explicação sobre denúncia contra procuradores **3**



Segundo Collor, membros do MP teriam vazado informações sigilosas para a revista *Veja*

Waldemir Barreto/Agência Senado

Waldemir Barreto/Agência Senado

Waldemir Barreto/Agência Senado

Waldemir Barreto/Agência Senado

Ministra anuncia evento sobre direitos das pessoas com deficiência, que discutirá em dezembro a implementação de convenção das Nações Unidas e contará com o apoio da Gráfica do Senado

Senado imprimirá em braile materiais sobre deficiência

A MINISTRA MARIA do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, anunciou que a Gráfica do Senado irá imprimir programas e documentos em braile para a 3ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que acontecerá em Brasília entre 3 e 6 de dezembro. Ela fez o anúncio logo após se reunir com o presidente do Senado, José Sarney.

— Vimos buscar o apoio do Senado e tivemos a palavra de que vamos trabalhar juntos — declarou a ministra.

Um dos objetivos da conferência — antecedida por outras realizadas nos estados — é discutir como vem



Maria do Rosário: Secretaria de Direitos Humanos vai trabalhar com o Senado

sendo implementada no país a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência,

que foi aprovada em 2006 pela Organização das Nações Unidas (ONU) e ratificada em 2008 pelo Brasil.

— O evento oferece visibilidade a uma agenda de trabalho e a um segmento populacional que muitas vezes ficam invisíveis — disse.

Maria do Rosário lembrou que, de acordo com o Censo de 2010, quase 25% da população brasileira (45 milhões de pessoas) possui algum tipo de deficiência. Também ressaltou que o governo federal vem implementando desde o ano passado o Viver sem Limite, que é um plano nacional de políticas públicas direcionadas às pessoas com deficiência.

Congresso lembra 20 anos da morte de Ulysses

O Congresso realiza hoje, às 17h, no Plenário do Senado, sessão em homenagem a Ulysses Guimarães. O evento, proposto pelo senador Sérgio Souza (PMDB-PR), marca os 20 anos da morte do político, que se destacou na luta pela redemocratização do país.

Nascido em 1916, em Rio Claro (SP), Ulysses morreu em Angra dos Reis (RJ), em acidente de helicóptero que também matou sua esposa, Dona Mora, o ex-senador Severo Gomes e esposa e o piloto.

Deputado por 11 mandatos, Ulysses presidiu a Assembleia

Nacional Constituinte responsável pela Constituição de 1988.

Também assinaram o requerimento para a sessão o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), e o líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL).



Moreira, Mariz/Agência Senado

Acessibilidade no Congresso foi tema de palestra quinta-feira no auditório do Interlegis. O objetivo foi conscientizar servidores e apresentar as ações já realizadas e as que vêm sendo planejadas pelas duas Casas. A coordenadora do Programa de Acessibilidade do Senado, Maria de Fátima Ribeiro (C), explicou que uma estrutura administrativa será montada

para atuar exclusivamente com acessibilidade. Aires Júnior (D), membro da Comissão de Acessibilidade do Senado, falou sobre a Convenção da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência. A coordenadora do Programa de Acessibilidade da Câmara, Adriana Jannuzzi (E), apresentou as ações e os projetos da Casa.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PRESIDÊNCIA: Servidores
8h Café da manhã com novos servidores e em homenagem a indicados por bons serviços prestados ao Senado.

PLENÁRIO: Dia do Aviador
11h Sessão especial para homenagear o Dia do Aviador, comemorado em 23 de outubro. Às 14h, sessão não deliberativa.

CONGRESSO: Ulysses Guimarães
17h Sessão solene do Congresso destinada a reverenciar a vida e a trajetória política de Ulysses Guimarães.

CDH: Sindicatos
9h Audiência debate modificação do prazo dos mandatos sindicais e critérios para eleições nas organizações sindicais.

TERÇA

CÓDIGO DO CONSUMIDOR: Projetos
9h Audiência examina três projetos (PLSs 281, 282 e 283, de 2012) que alteram o Código de Defesa do Consumidor.

CDH: Demissões
9h Audiência pública debate demissões nas montadoras de veículos, com representantes das empresas, dos empregados e do Ministério do Trabalho.

CPI DO CACHOEIRA: Requerimentos
10h15 A comissão parlamentar mista de inquérito que investiga as relações de Carlinhos Cachoeira com agentes públicos analisa requerimentos.

CE: Ensino básico
11h Entre os 15 itens da pauta, projeto de lei em votação terminativa que estabelece um número máximo de alunos por turma no ensino básico.

COMISSÃO MISTA/MP: Pasep
11h Apresentação do relatório sobre a MP 574/12, que autoriza renegociação das dívidas acumuladas até o ano passado pelos estados e municípios com o Pasep.

CMA: Transparência da Copa
11h30 Debate sobre a unificação da entrada de dados dos Portais da Transparência da Copa de 2014 do Senado e da Controladoria-Geral da União. Em seguida, análise de pauta com 23 itens, incluindo proposta que obriga as operadoras de telefonia celular a oferecer, pela internet, detalhes sobre o uso dos créditos dos planos pré-pagos.

QUARTA

CPI: Violência contra a mulher
14h Votação de requerimentos.

CMO: Créditos suplementares
14h30/18h/20h Reunião para analisar abertura de créditos suplementares a órgãos do Executivo.

QUINTA

CAS: Cuidador de idoso
9h Análise do projeto que disciplina a profissão de cuidador de idoso e do que define a equoterapia, entre outros.

CCT: Radiação
9h Votação do projeto que visa impor limites máximos aceitáveis de radiação depois do encerramento de atividades em instalações radioativas.

CE: Educação e federalismo
10h Audiência sobre educação e federalismo, com o consultor tributário Everardo Maciel e outros convidados.

CJ: Teori Zavascki
10h Sabatina de Teori Zavascki, indicado pela Presidência da República para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal.

CMMC: Preparação
14h Audiência com vistas à Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas (COP-18), a realizar-se em Doha, Catar.

CDR: Habitações populares
14h Votação final de projeto que concede a municípios incentivos para a construção de habitações populares.

CI: Indústria petroquímica
14h Análise de projeto que institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (Repeneq).

CMO: Orçamento
14h30/18h Continuação das votações de terça-feira.

SEXTA

CAS/FGTS: Relatoria
10h Subcomissão temporária que trata do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço designa relatoria.

PLENÁRIO: Editoras universitárias
14h30 Sessão solene do Congresso comemora os 25 anos da Associação Brasileira de Editoras Universitárias (Abeu).

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Direitos Humanos. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
Primeiro-vice-presidente: Anibal Diniz
Segundo-vice-presidente: Waldemir Moka
Primeiro-secretário: Cícero Lucena
Segundo-secretário: João Ribeiro
Terceiro-secretário: João Vicente Claudino
Quarto-secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário: Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burtle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Orçamento terá documentos informatizados

Presidente da comissão quer reduzir o uso de papel e acredita que há condições de novo sistema ser implementado ainda este ano

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) pretende adotar ainda este ano sistema eletrônico para receber emendas, relatórios, projetos de lei e outros documentos. Para isso, os técnicos de informática da Câmara dos Deputados e do Senado iniciaram estudos para viabilizar uma tecnologia comum que possa ser usada pelas duas Casas.

A iniciativa partiu do presidente da CMO, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), que pretende modernizar o trabalho da comissão, reduzindo ao mínimo o uso de papel. Atualmente, os documentos assinados pelos parlamentares têm que ser entregues fisicamente na secretaria do colegiado.

— No ano passado, o Orçamento final enviado ao Executivo continha 27 mil páginas. Hoje temos tecnologia para permitir que tudo isso seja feito de modo eletrônico, de forma rápida e transparente. Não é uma questão difícil, temos condições de inaugurar em novembro esse novo processo, que será uma nova fase nas atividades da Comissão de Orçamento — avaliou Pimenta.



Paulo Pimenta (D), presidente da CMO, reúne-se com os secretários-gerais das Mesas do Senado, Claudia Lyra, e da Câmara, Sérgio Sampaio

Inicialmente, a CMO está trabalhando para adotar o sistema de assinatura digital de documentos, utilizando o modelo biométrico para validar a identidade dos parlamentares e garantir a segurança e a autenticidade dos dados.

Na manhã de quinta-feira, dia 11, o deputado se reuniu com a

secretária-geral da Mesa do Senado, Claudia Lyra, para tratar do assunto. Como a CMO é um colegiado misto, é preciso um sistema que seja usado tanto pela Câmara quanto pelo Senado. Ela lembrou que a informatização pode ser útil não só para a CMO, mas também para outras comissões mistas e outras

atividades conjuntas das duas Casas do Congresso.

Nesta semana, a CMO tem reuniões agendadas para amanhã, às 13h30, às 18h e às 20h; e para quarta-feira, às 14h30 e às 18h. Na pauta, estão projetos que autorizam abertura de créditos suplementares a órgãos do Executivo.



Regra atual vale até dezembro, lembra Ferraço

Ferraço pede urgência para debate sobre partilha de recursos entre estados

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) defendeu, na quinta-feira, urgência na definição das novas regras do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Ele espera que, a partir desta semana, o Senado agilize a questão.

O senador enfatizou que, por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), o Congresso deve construir até dezembro uma nova proposta de distribuição dos recursos. Se isso não ocorrer, os estados podem ficar sem os repasses do FPE — R\$ 50 bilhões em 2012.

Ferraço lembrou que, nos próximos dias, a comissão de juristas designada pelo Senado para analisar a questão deve apresentar uma proposta. Informou ainda ser autor de projeto sobre o tema, assim como outros colegas. Apesar disso, ressaltou, o Senado ainda não definiu o rito para priorizar as matérias. Ele alertou, inclusive, que há quem defenda que o STF amplie o prazo para definição das novas regras.

Para Ferraço, o debate contribui para desfazer o que considera um equívoco: chamar de guerra a “competição fiscal saudável” entre os estados.

Collor afirma que procuradores vazaram informações sigilosas

Fernando Collor (PTB-AL) pediu esclarecimentos sobre denúncia de que membros do Ministério Público teriam vazado os autos dos inquéritos das operações Vegas e Monte Carlo, da Polícia Federal, para a revista *Veja*. O senador informou ter apresentado requerimentos de informações sobre o assunto, mas disse que muitos nem sequer foram respondidos, e as poucas respostas que recebeu do Ministério Público foram “insuficientes, contraditórias, omissas, evasivas e incompletas”.

Collor também apresentou representações contra o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, questionando o fato de ele ter levado meses para adotar ações baseadas nas operações policiais.

O senador pediu ainda que a CPI do Cachoeira convoque para depor Roberto Civita, da Editora Abril; Policarpo Junior, editor da *Veja* em Brasília, e Rodrigo Rangel, Gustavo Ribeiro, Hugo Marques e Lauro Jardim, jornalistas da revista.



Collor: respostas não foram satisfatórias



Projeto de Paim propõe fórmula de cálculo

Paim quer aumento real para aposentado que ganha mais que o mínimo

Para recuperar a defasagem da renda e o poder de compra dos aposentados e pensionistas do INSS que recebem acima de um salário mínimo, Paulo Paim (PT-RS) apresentou um projeto determinando que os benefícios acompanhem o crescimento da massa salarial dos trabalhadores formais brasileiros.

Pela proposta (PLS 361/12), o reajuste seria calculado com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) dos últimos 12 meses, acrescido do percentual equivalente à taxa de crescimento real da remuneração média dos trabalhadores empregados no país.

— Essa fórmula de cálculo resolveria para sempre o debate que acontece todos os anos para saber de quanto será o aumento real dos aposentados — opinou o senador.

De acordo com Paim, a medição do crescimento da massa salarial dos brasileiros seria feita com base no recolhimento do FGTS e em informações da própria Previdência. Paim considerou que o sistema não resultaria em reajustes exagerados, mas em valores que a Previdência teria condições de pagar.

Ana Amélia diz que juros do cartão de crédito são exorbitantes

Ana Amélia (PP-RS) lamentou as taxas de juros do rotativo dos cartões de crédito que são cobradas dos consumidores brasileiros. Segundo ela, os juros dos cartões de crédito no Brasil são os mais altos do planeta — média de 338% ao ano.

— Não consigo entender como um país como o nosso ainda convive com exageros no cartão de crédito — disse a senadora.

Para Ana Amélia, as reduções de juros dos cartões que têm sido anunciadas por bancos ainda não foram suficientes. Como exemplo de distorção, ela citou uma blusa que custa R\$ 20 à vista e pode atingir R\$ 175,60 com o uso do limite do cartão de crédito.

A senadora informou que pediu à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a realização de audiência pública para cobrar explicações dos representantes de bancos, das empresas de cartões de crédito e também do Banco Central.



Ana Amélia quer audiência com empresas

Antônio Cruz/ABR



Segundo dados de 2008 do IBGE, apenas 27,7% das prefeituras dão destinação adequada ao lixo coletado nas cidades ao levar os resíduos para aterros sanitários

Senadores defendem apoio federal para gestão do lixo nos municípios

Jucá propõe a criação de um PAC dos resíduos sólidos e Eunício, um fundo nacional para financiar a construção de aterros sanitários

A MAIORIA DOS municípios brasileiros precisa de ajuda federal para cumprir as exigências da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/10). A avaliação é de Eunício Oliveira (PMDB-CE) e Romero Jucá (PMDB-RR), que sugerem alternativas para resolver o impasse.

Relator do Orçamento da União para 2013, Jucá propôs a criação de um PAC dos resíduos sólidos, vertente do Programa de Aceleração do Crescimento, para financiar o tratamento e a coleta seletiva do lixo e acabar com os lixões.

De acordo com o senador, a maioria dos municípios não tem dinheiro para colocar em prática as metas previstas para 2014, como o fim dos lixões e a



Waldemir Barreto/Agência Senado

Cidades não têm dinheiro para cumprir metas, avalia Jucá

elaboração de plano de gestão de resíduos.

O cumprimento dessas exigências passará a ser requisito para os municípios obterem recursos federais destinados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos.

Jucá pretende que o PAC dos resíduos sólidos também financie treinamento e capacitação de catadores de lixo e a organização deles em cooperativas. Segundo ele, 400 mil homens e 600 mil mulheres vivem da atividade nos lixões, em condições de extrema pobreza.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Eunício: lei dos resíduos sólidos criou exigências sem contrapartida da União

Para Eunício Oliveira, a Lei 12.305/10 criou uma série de exigências aos municípios, sem a correspondente contrapartida da União. Ele apresentou projeto de lei (PLS 207/12) que institui o Fundo Nacional de Aterros Sanitários (FNAS).

O objetivo é financiar a construção dos aterros, a fundo perdido, pelos municípios, que devem entrar com contrapartida de 30%.

O projeto está na Comissão de Meio Ambiente (CMA) e ainda passará pelas de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE).

Para Rollemberg, não se deve adiar exigências

Também ouvido pela Agência Senado sobre a destinação dos resíduos sólidos pelas cidades, o presidente da CMA, senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), afirmou que não é a hora de discutir a ampliação de prazo para cumprimento das exigências.

No entanto, do mesmo modo que os senadores Romero Jucá e Eunício Oliveira, Rollemberg defendeu o apoio e o incentivo do governo federal às prefeituras. Segundo ele, a Lei 12.305/10 representa um grande avanço e, por isso, a União, os estados e os municípios devem fazer todo o esforço possível para torná-la realidade.

O presidente da CMA informou que a comissão, que já realizou audiência pública no início deste ano para discutir o assunto, voltará a acompanhar o cumprimento da lei.

— Desejamos saber o estado da arte na implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos e, por isso, queremos verificar de perto os esforços de todos para a realização dos objetivos e metas ali previstos — acrescentou o parlamentar.



Waldemir Barreto/Agência Senado

“Queremos verificar o esforço de todos para realizar as metas”, diz Rollemberg

Grande parte das cidades ainda usa lixões

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram uma evolução na destinação do lixo produzido pelas cidades. No entanto, segundo o senador Eunício Oliveira, a meta de eliminação total dos lixões, prevista na Lei 12.305/10, ainda está longe de ser alcançada.

Entre 1989 e 2008, revela o levantamento feito pelo IBGE, os municípios que destinavam os resíduos a vazadouros a céu aberto (lixões) caíram de 88,2% para 50,8% do total, enquanto os que utilizavam aterros

sanitários cresceram de 1,1% para 27,7%.

O aterro controlado não é suficiente para evitar a

contaminação do solo e da água e, portanto, está sendo descartado como solução ambientalmente correta.



CPI da Violência contra a Mulher se reúne amanhã

A comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) que investiga a violência contra a mulher vota amanhã requerimentos que forem apresentados até as 14h de hoje.

Um deles, da deputada federal Marina Sant'Anna (PT-GO), pede a realização de audiência pública para debater a violência contra a mulher do Distrito Federal e do Entorno (cidades de Goiás e de Minas Gerais próximas ao DF).

Convidados

A deputada sugeriu que sejam convidados os defensores públicos-gerais do Distrito Federal, Jairo Lourenço de Almeida, e de Goiás, João Paulo Brzezinski; além dos presidentes dos Tribunais de Justiça do DF, João de Assis Mariosi, e de Goiás, Leobino Valente; e os secretários de Segurança Pública do Distrito Federal, Sandro Torres Avelar, e de Goiás, João Furtado de Mendonça Neto.

Marina propõe ainda convite para a participação das titulares das secretarias da Mulher do Distrito Federal, Olgamir Amancia Ferreira, e de Goiás, Gláucia Teodoro; dos secretários de Saúde do DF, Rafael de Aguiar Barbosa, e de Goiás, Antônio Faleiros Filho; e do procurador-geral de Justiça de Goiás, Benedito Torres Neto.

Denúncias

A CPI mista foi criada não apenas para investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil, mas também para apurar denúncias de omissão do poder público no que se refere à aplicação de instrumentos legais de proteção às mulheres em situação de violência. A CPI é presidida pela deputada Jô Moraes (PCdoB-MG) e tem como relatora a senadora Ana Rita (PT-ES). Os membros da comissão têm o prazo de 180 dias para concluir os trabalhos.

A reunião de amanhã vai ser realizada na sala 9 da Ala Alexandre Costa.